

Armando Malheiro da Silva
Maria Luiza Tucci Carneiro
Stefano Salmi
Coordenação

*R*epública,
Republicanism
e Republicanos
Brasil • Portugal • Itália

Maurizio Ridolfi

TERRAS REPUBLICANAS: TRADIÇÕES E CULTURAS POLÍTICAS NA EUROPA MERIDIONAL

Democracia e republicanismo: um percurso comparativo de pesquisa.

Se é possível entender a República como uma comunidade de cidadãos soberanos, baseada no governo de leis e na busca do bem público, pode-se pensar no republicanismo, principalmente, como uma “paixão” civil e política ao mesmo tempo. Caracterizando-se pela centralidade atribuída aos temas da liberdade moral do indivíduo e da virtude civil, a tradição republicana teve de fato uma duradoura relevância tanto no pensamento político quanto na promoção da ação social². Se seus defensores consideravam a República, de alguma forma, equivalente à Democracia, nos diferentes republicanismos nacionais não havia, na verdade, uma concordância sobre a concepção de República (ideal, utopia, projeto, etc.) ou uma só idéia de Democracia (liberal, radical, social, etc.). Apesar da tendência implícita nas fileiras democrático-republicanas de aplinar as contradições (República-Monarquia, Nação-separação, progresso-conservação,

² Sobre tradições republicanas, cfr. VIROLI, M. (org.) - *Libertà politica e virtù civile. Significati e percorsi del repubblicanesimo classico*. Turim: Fondazione Agnelli, 2004. Também ver, pelo menos: POCOK, G. A. - *Il momento machiavelliano. Il pensiero politico fiorentino e la tradizione repubblicana anglosassone*. Bolonha: il Mulino, 1980 (Princeton, Princeton University Press, 1975); BOCK, G.; SKINNER, Q.; VIROLI, M. - *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

povo-“privilégio”, etc.), será necessário diferenciar e problematizar o mais possível a reflexão.

Desta forma, sob o ponto de vista histórico-comparativo, a identificação de uma “família política” republicana é problemática, mesmo se as diferentes versões de Democracia radical buscavam suas raízes nas heranças culturais das Repúblicas e do republicanismo³. Os diferentes republicanismos, por se colocarem, na Europa, na intersecção da síntese entre liberalismo e democracia⁴, são dificilmente definíveis através de uma categoria única. Além disso, no plano nacional, as expressões do republicanismo foram frequentemente divergentes, com um leque de posições variadas com relação à matriz liberal⁵.

Surge a necessidade de intensificar em termos comparativos as pesquisas sobre paixões políticas, símbolos e ritos que, provocando um envolvimento emocional, criam identidade e transformam a mentalidade coletiva. Nesse sentido, pontos de partida para de pesquisa e indicações — às vezes sem continuidade — sempre aparecem nos trabalhos de Maurice Agulhon⁶. Assim como aconteceu com a introdução da *sociabilité* nos estudos históricos com um volume agora clássico como *La République au village*⁷, também no caso da *imagerie* e da

³ Cfr. RIDOLFI, M. (org.) - *La democrazia radicale nell'Ottocento europeo. Forme della politica, modelli culturali, riforme sociali*. Fondazione GianGiacomo Feltrinelli: Annali, XXXIX-2003, Milão: Feltrinelli, 2005. Sobre o longo período ver também, pelo menos GELDEREN. Martin von; SKINNER, Q. - *Republicanism. A Shared European Heritage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

⁴ Cfr. BERSTEIN, S. - “La synthèse démocrate-libérale en Europe occidentale de 1840 à 1914”. In AA. VV. - *Les familles politiques en Europe occidentale au XIX siècle*. Roma: Escola Francesa de Roma, 1997. pp. 221-236.

⁵ Para o caso espanhol, veja CORTINA M. Suárez - *El gorro frigio. Liberalismo, Democracia y Republicanismo en el Restauración*. Madrid: Biblioteca Nova, 2000. A partir de estudos regionais, a natureza do republicanismo espanhol como família política “plural” é talvez agora mais evidente: ver como exemplo, DUARTE, A. - *Le républicanisme catalan au XIX siècle: Etat, nation et groupes sociaux*, em AA. VV. - *Les familles politiques*, pp. 252-265.

⁶ Sem lembrar, neste caso, os importantes estudos de Agulhon, é útil também assinalar seu eco fora da França: na Espanha, cfr. *Sociabilidad. En torno a Agulhon*, dossiê de “História Social”, n. 29, 1997; na Itália, cfr. RIDOLFI, M. - “La ricezione degli studi di Maurice Agulhon in Italia”. In “Contemporanea”, n. 2, 2002, pp. 177-185. Também se pode ver as atas de um recente Congresso, na Casa de Velásquez, sobre o tema *Política y sociabilidad. En torno a Maurice Agulhon* (Madri, 5-6 Fevereiro 2001).

⁷ Cfr. AGULHON, M. - *La République au village. Les populations du Var de la Révolution à la IIe République*. Paris: Plon, 1970 (Paris, Seuil, 1979). No prefácio da tradução italiana (Bolonha, Il Mulino, 1991), Agulhon relançou perspectivas de história comparada entre a Itália e a França do sul, exortando nos estudos a “reciprocidade dos olhares” e desejando que isso se tornasse um “precioso elemento de compreensão”. É um desejo que hoje poderia se estender às diversas historiografias da Europa meridional.

simbologia política, antes com *Marianne au combat*⁸ e depois com *Marianne au pouvoir*⁹, deve-se creditar à Agulhon a criação de um bem definido campo de pesquisa (inclusive simbólico), não apenas para a história francesa, mas para a historiografia europeia¹⁰. Pelo cuidado arqueológico e filológico prestado aos documentos, assim como pela valorização, tanto da identidade regional quanto dos múltiplos significados políticos assumidos pela alegoria republicana, o estudo da representação iconográfica da República “no feminino” restituiu à historiografia um papel autônomo no vínculo com as ciências sociais e antropológicas, permitindo comparar, de uma maneira nova, temas deixados à sombra da história política tradicional.

São premissas de pesquisa que podem ajudar a dar forma e conteúdo a um projeto — tal como este aqui — voltado para fazer da *politização republicana* a chave de leitura do processo de democratização nos países da Europa meridional, não sem investigar as correlações entre mitos, “patriotismo político” e religião civil na construção da identidade nacional¹¹. De resto, já o próprio Agulhon, apresentando os resultados de pesquisa sobre folclore republicano na França, havia solicitado estender pesquisa análoga às “Républiques qui nos sont le plus proche”¹². Curiosamente, porém, referia-se somente aos Estados Unidos, à Suíça e à Itália, deixando de se referir às Repúblicas da Península Ibérica, onde as paixões políticas dos republicanos desde muito eram alimentadas pela memória e pela história francesas.

A propósito dos países da Europa meridional, é necessário destacar as contradições que na democracia radical e republicana determinaram a relação entre os ideais — o racionalismo, o individualismo, o romantismo social, a crítica moral — e os projetos de modernização da sociedade. Algumas pesquisas, como

⁸ Cfr. AGULHON, M. - *Marianne au combat. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*. Paris: Flammarion, 1979.

⁹ Cfr. AGULHON, M. - *Marianne au pouvoir. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914*. Paris: Flammarion, 1989.

¹⁰ Para estimular interesses de pesquisa cfr. *La France démocratique (combats, mentalités, symboles). Mélanges offerts à Maurice Agulhon*, réunis et publiés par C. Charle, J. Laloutte, M. Pigenet, A. M. Sohn. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998.

¹¹ A propósito de Portugal, para um estudo inicial, cfr. SILVA, Armando Malheiro da - “A escrita (vária) da história da I República Portuguesa”. In *Ler História*, 38, 2000, pp. 197-254.

¹² AGULHON, M. - *Presentation*, in *Cultures et folklores républicains*, sous la direction de M. Agulhon. Paris: Editions du CTHS, 1995, p. 13.

as de José Alvarez Junco¹³ na Espanha, colocando em evidência a pluralidade de culturas e comportamentos, mostram, ao longo do tempo, quais adaptações implicaram a “tradução” dos princípios liberal-democráticos, em uma sociedade onde a invasiva influência católica e os hábitos “corporativos” próprios de uma sociedade tradicional deram à democracia radical e republicana uma conotação comunitária e solidária peculiar, em nome das mistificadas virtudes miraculosas do “povo”. Em todo o caso, na Espanha assim como na Itália ou em Portugal, a perspectiva idealizada da unidade social e da regeneração moral do povo tornava ainda mais complexa e contraditória a relação com uma idéia moderna de participação política, segundo os princípios individualistas liberais, as práticas eleitorais e as formas de representação parlamentar.

O republicanismo entre sociedade e instituição

O interesse pela história do republicanismo manifestou-se com maior fecundidade com relação à realidade da Europa meridional. As razões são presumíveis, uma vez que foi Europa das Monarquias, entre os séculos XIX e XX, principalmente em área mediterrânea, que existiram instituições com formas e movimentos republicanos bastante significativos.

No entanto, salvo as especificidades das historiografias nacionais — sobre as quais não entraremos no mérito, nessa ocasião¹⁴ —, é necessário conduzir esses estudos em uma possível grade analítica comparativa. Graças também à abordagem metodológica renovada e a um número de temas muito articulados, os estudos privilegiam mais as análises de caráter territorial, com uma forte tendência à história local e regional. Em algumas áreas territoriais da Europa meridional, formaram-se culturas políticas republicanas definidas que foram elevadas a “laboratórios” de participação política e remanejamento de poderes

¹³ Cfr. Para uma contextualização do radicalismo democrático no caso espanhol, cfr. JUNCO, J. Alvarez - “En torno al concepto de ‘pueblo’. De las diversas encarnaciones de la colectividad como sujeto político en la cultura política española contemporánea”. In *Historia contemporánea*, 2004 (I), n. 28, pp. 83-94.

¹⁴ Ver: RIDOLFI, M. (org.) - “Repubbliche e repubblicanesimo. L’Europa meridionale (secoli XIX-XX)”. Dossiê da revista *Memoria e Ricerca*, Nova serie, 9, Janeiro-Abril 2002.

(local, regional, nacional). Basta pensar na Romanha para a Itália e na Catalunha para a Espanha ou então nas áreas centro-meridionais para Portugal.

Na parte meridional do continente europeu, a partir do exemplo da III República francesa¹⁵, mesmo antes da Grande Guerra e da dissolução de Impérios e Monarquias, existiram várias formas de governo republicano, mesmo que limitadas no tempo e expostas às ameaças dos adversários. Sem esquecer que foi graças à revolução francesa e às Repúblicas jacobinas (sobretudo na Itália) que se deu “a descoberta da política”¹⁶, em chave comparativa talvez seja mais oportuno partir da metade do século XIX, quando o evento-símbolo da II República francesa reacendeu as paixões do republicanismo europeu.

É uma história de pouco mais de um século, dos anos 1830 e 1840 até o imediato segundo pós-guerra. Basta pensar nas instituições cuja excepcionalidade como *evento* histórico teriam rapidamente se transformado em *mito* político, constituindo o ato de fundação de uma efetiva tradição republicana — na Itália, foi o caso da República romana de 1849¹⁷ — ou então uma espécie de “pecado original” — como na Espanha foi o caso da República nos anos 1873-’74¹⁸ —, com uma imagem “negativa” que se estenderia por muito tempo e regatada totalmente somente com a II República dos anos 1931-1939.

Sabemos, no entanto, que na Europa meridional — na França do *Midi* em particular, assim como na Itália e na Península Ibérica —, desde os anos 1830 e 1840, a busca por uma cultura política democrática antecipou, às vezes apesar do forçado caráter secreto ou semi-legal, formas de organização e participação política

¹⁵ Os estudos a se retomar seriam diversos. Neste trabalho, é útil ver pelo menos NICOLET, C. - *L'idée républicaine en France (1789-1924). Essai d'histoire critique*. Paris: Gallimard, 1982 e a BERSTEIN, S.; RUDELLE, O. (sous la direction de) - *Le modél républicain*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

¹⁶ A referência é a VOVELLE, M. - *La découverte de la politique. Géopolitique de la révolution française*. Paris: Editions La Découverte, 1993.

¹⁷ Destacamos alguns estudos particularmente significativos: RIZZI, F. - *La coccarda e le campane. Comunità rurali e Repubblica Romana nel Lazio (1848-1849)*. Milão; Franco Angeli, 1988 e MATTARELLI, S. (org.) - *Politica in periferia. La Repubblica Romana del 1849 fra modello francese e municipalità romagnola*. Ravena: Longo, 1999. Para a construção do mito político, contemporânea ao evento, cfr. RIDOLFI, M. - “El culto de la República en los tiempos del rey. Lugares de la memoria y símbolos republicanos en la Italia liberal”. In *Historia Social*, n. 29, 1997, pp. 111-128. Em perspectiva comparada, é útil retomar recentes estudos sobre a repercussão fora da Itália: cfr. ESPADAS BURGOS, M. (ed.) - *España y la República Romana del 1849*. Roma: Conselho Superior de Investigações Científicas. Escola Espanhola de Historia e Arqueologia em Roma, 2000.

¹⁸ Também neste caso, mais de que os acontecimentos dos anos 1873-1874, em perspectiva comparada pode ser útil ver o estudo de JOVER ZAMORA, J. M. - *Realidad y mito de la Primera República. Del “gran miedo” meridional a la utopía de Galdós*. Madrid: Editorial Espansa-Calpe, 1991.

precursoras de desenvolvimentos só encontradas mais tarde em outras famílias políticas europeias. De fato, não é fora de lugar lembrar que remonta àqueles anos a aquisição de uma forma organizacional de natureza partidária, por obra de grupos e movimentos republicanos: em 1831, na Itália, com a *Giovine Itália* de Giuseppe Mazzini; em 1848, na França, com o *Parti républicain*¹⁹; em 1849, na Espanha, com o *Partido Demócrata Español*; em 1880, em Portugal, com a organização do *Partido Republicano Português*.

Entre os anos 1860 e 1880, os desafios da democracia pareciam reunir as principais realidades da Europa liberal. Como demonstraram na França os estudos de Raymond Huard, é produtiva uma abordagem analítica que, através da interação entre as formas da sociedade territorial e o horizonte nacional de estruturas organizacionais com tarefas prioritárias de educação política, repense a construção da democracia através da história conjunta do sufrágio universal (as ideias, a representação, as campanhas eleitorais) e do partido político (a forma, o aprendizado político, a pedagogia civil)²⁰. Como sabemos, já desde o clássico estudo de Moisei Ostrogorski sobre *Democracy and the Organization of Political Parties* (1902), na investigação sobre a política de massa, as “campanhas eleitorais” representam os momentos mais indicados para entender a transformação das formas e das linguagens da política²¹. Isto vale também com relação ao comportamento que caracterizou republicanos e radicais, ao darem sua marca às discussões sobre o sufrágio universal, de início, e em seguida às técnicas de agregação do consenso, à retórica e à articulação da propaganda através dos novos instrumentos de comunicação (do jornal ao cartaz, da reunião ao comício). Definiu-se uma peculiar linguagem político “radical”, enquanto estavam surgindo novas figuras de líderes, penetrando nos modernos cenários dos lugares públicos e da comunicação de massa.

¹⁹ Para um estudo de caso exemplar, cfr. HUARD, R. - *Le mouvement républicain en Bas-Languedoc 1848-1881*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1982.

²⁰ Ver os capítulos escritos por Raymond Huard (*L'affirmation du suffrage universel masculin 1848-1880*, pp. 154-184, e *Aux origines d'une structure nouvelle, le parti vers 1830-vers 1880*, pp. 185-214) per *L'invention de la démocratie*. Ver também os trabalhos mais analíticos: *Le suffrage universel en France 1848-1946*. Paris: Fayard, 1991, e *La naissance du parti politique en France*. Paris: PFNSP, 1996.

²¹ Cfr. GUNDLE, S. - “Le origini della spettacolarità nella politica di massa”. In RIDOLFI, M. (org.) - *Propaganda e comunicazione politica. Storia e trasformazioni nell'età contemporanea*. Milano: Bruno Mondadori, 2004, pp. 3-24.

Nas investigações sobre o aparato da constelação democrático-republicana e radical é preciso considerar as tradições culturais e associativas pré-existentes que o favoreceram. Com relação ao modelo anglo-americano, sobretudo na Europa do sul, o mundo da maçonaria registrou uma divergência que incentivou o enraizamento do associacionismo democrático²². Enquanto no modelo original a militância maçônica continuou-se a privilegiar a dimensão ritual e exotérica, obscurecendo o interesse pela política e pela religião, na Europa do sul (na França, mas também na Itália, Espanha e Portugal) esta foi marcada por um processo de crescente politização²³. A consequência foi que, na estruturação das formações políticas de caráter democrático e republicano, a maçonaria forneceu uma espécie de compêndio programático e o aparato simbólico ritual graças ao qual representar em modo mais minucioso uma decidida orientação anticlerical.

Nas diversas derivações que teve o republicanismo europeu e meridional, em um grau de radicalismo sócio-cultural e político gravitando entre o liberalismo moderado e o socialismo²⁴, encontravam-se valores e comportamentos públicos que o caracterizaram por manifestações muito além das fronteiras nacionais. Basta recordar alguns: a matriz moral da ação política, a realocação do poder em termos autonomistas e federais, a centralização das liberdades civis e dos valores laicos (se não abertamente anticlericais), a superação da exclusão política através do voto (não apenas as tradicionais práticas cartoriais e clientelistas), a atenção voltada à questão social e ao mundo do trabalho (em algumas áreas regionais com uma forte atração das classes rurais), a rede das associações voluntárias criadas na esfera da sociedade civil para sustentar a mobilização política, a construção de um sistema de símbolos e ritos graças aos quais representar os mitos de fundação da identidade republicana.

A tendência educativa e cultural já era, de qualquer maneira, uma característica típica do republicanismo do século XIX, sobretudo onde este estava não só em condições de minoria, mas também sem perspectivas reais de conquistar as

²² Cfr. "Massoneria e politica in Europa fra Ottocento e Novecento (Italia, Spagna e Portogallo)". In CONTI, F. (org.) - dossiê de *Memoria e Ricerca*, N. S., Julho-Dezembro 1999, n. 4.

²³ Cfr. BAYLOT, J. - *La voie substituée. Recherche sur la déviation de la franc-maçonnerie en France et en Europe*. Liège: Borp, 1968.

²⁴ A propósito do caso espanhol, veja o interessante estudo de SUÁREZ CORTINA, M. - *El gorro frigio. Liberalismo, Democracia y Republicanismo en la Restauración*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

instituições, com a necessidade de alimentar, ao mesmo tempo, a identidade política dos partidários e a esperança no futuro²⁵. Na realidade — como na Itália e na Espanha — onde o acesso ao governo nacional pela democracia radical ainda era inviável e a procedência política não era garantida nem pela confiabilidade liberal das instituições (como na Grã Bretanha) e muito menos por uma forma de governo republicana (como na França e mais tarde em Portugal), a conquista dos espaços políticos aconteceu através de uma ação educativa preliminar das classes populares — em primeiro lugar graças à imprensa —, de acordo com a opção prioritária da pedagogia civil e política sempre privilegiada pelo universo republicano.

Superada a hostilidade inicial à participação às eleições, tornou-se contraditório o ajuste às lógicas do sistema representativo liberal, ao mesmo tempo individualistas e comunitárias. “Democratas sem Democracia” e “Republicanos sem República” como observou Manuel Suarez Cortina em termos comparativos²⁶, nos dois países defensores de uma democracia republicana — na recordada opção “radical” ou “reformista” — foi preciso definir uma complexa relação entre a tradição romântica (e insurrecional) original e os desafios da modernização, com o acesso das massas à política e à vida pública²⁷. A ideia recorrente do “grande partido democrático” e a retomada dos projetos de agregação — atendendo na Itália por *Lega* ou *Fascio*, e *Union* o *Alianza* na Espanha — tornaram impraticável uma efetiva práxis de organização e centralização nacional. Por outro lado, foram favorecidos os transitórios “blocos populares”, que no início do novo século transformaram-se em socialistas, sobretudo em função eleitoral, mas também nas fases de crises institucionais ou de inflamadas competições no cenário nacional

²⁵ A propósito da Itália, cfr. RIDOLFI, M. - “Il ‘partito educatore’. La cultura dei repubblicani italiani tra Otto e Novecento”. In *Italia contemporânea*, n. 175, Junho de 1989, pp. 25-52. Para a Espanha, ver ALVAREZ JUNCO, J. - “Los ‘Amantes de la Libertad’: la cultura republicana española a principios del siglo XX”. In TOWSON, N. (ed.) - *El republicanismo en España (1830-1977)*. Madrid: Alianza Universidad, 1994, pp. 265-292 e DUARTE, A. - “La esperanza republicana”. In CRUZ, R.; PÉREZ LEDESMA, M. (ed.) - *Cultura y movilización en la España contemporánea*. Madrid: Alianza Universidad, 1997, pp. 169-199. Para Portugal, cfr. HOMEM, A. Carvalho - *A propaganda republicana (1870-1910)*. Coimbra: Edição do Autor, 1990.

²⁶ Cfr. SUÁREZ CORTINA, M. “Demócratas sin democracia. Republicanos sin República. Los demócratas españoles e italianos en el apogeo y crisis del Estrado liberal, 1870-1923”. In *Idem*, ed. - *La Restauración entre el liberalismo y la democracia*. Madrid: Alianza Universal, 1997, pp. 317-367.

²⁷ Cfr. LOPEZ ESTUDILLO, A. - “El republicanismo en la década de 1890: la reestructuración del sistema de partidos”. In PIQUERAS, J. A.; CHUST, M. (eds.) - *Republicanos y repúblicas en España*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 1996, pp. 207-230.

sobre qualquer dos princípios de clivagem político-culturais (o anticlericalismo e as relações entre Igreja e Estado, por exemplo). Com o aumento do direito de voto na Itália (entre 1882 e 1888) e com a introdução na Espanha do sufrágio universal masculino (em 1890), a “sorte” das diversas expressões da Democracia radical seria, portanto, confiada a uma grande rede local de associações (comitês político-eleitorais, sociedades mútuas e cooperativistas, lojas maçônicas, círculos de livres pensadores, bibliotecas populares, etc.), expostas à influência dos notáveis e às formas tradicionais de organização do consenso eleitoral²⁸.

Estabeleceram-se as condições para o controle de alguns colégios eleitorais e principalmente para o exercício de uma grande influência na vida de diversas administrações locais (na Itália, desde as eleições administrativas de 1889)²⁹. No caso dos municípios, foram ainda mais estreitas as comparações entre Itália e Espanha na medida em que, nos anos da Restauração, após a queda da I República (1873-74) e do retorno à Monarquia, devido à quase impossibilidade de enviar representantes às Cortes correspondeu a presença de numerosos expoentes das diversas gradações republicanas e democráticas nos conselhos municipais, e também à frente de numerosos municípios (entre outros, em uma cidade importante como Valencia)³⁰. Foram propostas algumas premissas de um tipo de “radicalismo de massa” que, através da mobilização eleitoral e peculiares formas de “populismo” político, frequentemente garantiram às elites democráticas uma influência significativa³¹. Nesse sentido, apesar das distintas peculiaridades nacionais e territoriais, excetuando-se as diferentes possibilidades de utilização das instituições, emergiram fatores sócio-culturais comuns na democracia radical europeia.

Por outro lado, quando a repressão política e a marginalidade social tornavam insuportáveis as condições de vida, abria-se obrigatoriamente a via da

²⁸ Para uma abordagem comparativa, cfr. GUTIÉRREZ, R. A; ZURITA, R.; CAMURRI VALÈNCIA, R. (eds.) - *Elecciones y cultura política en España e Italia (1890-1923)*. Universidade de València, 2003. Para o caso italiano, entre as formas tradicionais de construções do consenso e os imperativos organizacionais que se seguiram à constituição do Partido Republicano em 1895, cfr. MUSELLA, L. - *Individui, amici, clienti. Relazioni personali e circuiti politici in Italia meridionale tra Otto e Novecento*. Bolonha: Il Mulino, 1994, pp. 123-160.

²⁹ Para um estudo de caso exemplar, cfr. SORBA, C. - *L'eredità delle mura. Un caso di municipalismo democratico (Parma 1889-1914)*. Veneza: Marsilio, 1993.

³⁰ Cfr. REIG, R. - *Blasquistas y clericales. La lucha por la ciudad en la Valencia de 1900*. València, 1986.

³¹ Cfr. MANA, E. - “La ‘democrazia dentro e fuori il parlamento’ a fine ottocento”. In *Studi storici*, n. 4, Outubro-Dezembro 1996, pp. 1083-1153.

emigração para as classes populares. No caso, seja da Itália ou da Espanha, foi na emigração — sobretudo para a Argentina — que uma espécie de “patriotismo republicano” pode se desenvolver. Particularmente em Buenos Aires, onde em 1875 os emigrantes italianos inauguraram um monumento à memória de Mazzini — o primeiro em absoluto³² — e em 1903 os emigrantes espanhóis fundaram a *Liga Republicana Española*, centro de uma autêntica *república do imigrante*³³.

O republicanismo entre religião política e religião civil

Nas diversas vertentes da democracia radical, estava presente um projeto genérico de reforma social e cultural representado através de linguagens e códigos de comunicação destinados a encontrar um consenso popular. Isso se revestia de marcados valores éticos e morais, fundamento de autênticas religiões políticas, ou seja, de um sistema de mitos e crenças através do qual, segundo uma religiosidade laica dotada de símbolos e rituais próprios, produzia-se a sacralização do gesto e do verbo político, induzindo difusas práticas sociais de culto e de devoção³⁴. O tema, no mais amplo quadro do processo de secularização, remete à relação entre confissões religiosas e formas da religião laica, política e civil, que uma abordagem de história comparada permite evidenciar melhor³⁵.

Onde era possível dispor das instituições, como no caso da III República francesa, a Democracia radical teve a possibilidade de impor o próprio “credo” político como uma “religião da pátria” capaz de representar as memórias culturais públicas e as identidades da comunidade nacional³⁶. Nos final do século XIX, com a consolidação da República, a transfiguração do mito revolucionário em

³² Cfr. FRANZINA, E. - “Piccole patrie, piccole Italie’. La costruzione dell’identità nazionale degli emigrati italiani in America Latina (1848-1924)”. In *Memoria e Ricerca*, n. 8, Dezembro de 1996, pp. 13-32.

³³ Cfr. DUARTE, A. - *La república del emigrante. La cultura política de los españoles en Argentina (1875-1910)*. Lleida: Editorial Milenio, 1998.

³⁴ Para um quadro comparativo útil euro-americano, cfr. GENTILE, E. - *Le religioni della politica. Fra democrazia e totalitarismi*. Roma-Bari: Laterza, 2001.

³⁵ Ver RIDOLFI, M. - “Festas da Nação. Religiões da pátria e rituais políticos na Europa liberal do longo século XIX”. In *Ler Historia*, 46, 2004, pp. 5-26; com relação aos casos italiano, espanhol e português.

³⁶ Basta rever o clássico volume *Les lieux de mémoire*, sous la direction de P. Nora, I. *La République*. Paris: Gallimard, 1984.

modelo político fez da França um recorrente “ponto de comparação” aos olhos dos radicais e dos democratas republicanos europeus. Na realidade, sabemos hoje que o modelo francês foi tão conclamado e imitado quanto inalcançável, no sentido que sua excepcionalidade era tal, a ponto de tornar bastante improvável sua efetiva “tradução” em outras realidades nacionais da Europa liberal democrática. Como relatou José Alvarez Junco, investigando sobre o processo de nacionalização na Espanha e destacando tanto as insuficiências quanto as peculiaridades da ação promovida pelo Estado, a comparação não deve ser feita apenas com a França, na medida em que esta se apresenta como um “modelo ideal de Estado-nación, pero non ‘normal’, sino excepcional por su éxito”³⁷. Por mais que tenha sido seguido — principalmente pelos republicanos ibéricos —, o modelo francês não era reconduzível à história e à cultura política nacional. Este modelo, através de estudos recentes, demonstra-se menos homogêneo e uniforme do que sempre se pensou e, apesar de produtivo, é interessante diferenciar a análise no plano territorial e regional³⁸.

É incontestável que entre as diversas expressões de Democracia radical havia valores éticos e comportamentos públicos que caracterizaram suas identidades muito além das fronteiras nacionais: a matriz moral, quando não “religiosa”, da ação política; a quase sacralização do sufrágio universal; a Nação como espaço das paixões e dos interesses, mas também um forte sentimento de “amor à pátria”; a universalização da ideia de República e da paz entre os Estados; a centralidade das liberdades civis e com estas a busca da sociedade laica; o anticlericalismo como cultura popular difusa. A isso correspondeu a construção de um sistema de símbolos e rituais graças ao qual era possível conciliar a religião política “de partido” com a “religião da pátria”. Graças também à ajuda de diversos e respeitáveis expoentes do mundo científico e intelectual³⁹, a vertente educativa e cultural foi sua característica marcante. Os movimentos democráticos

³⁷ ALVAREZ JUNCO, J. - “El nacionalismo español: las insuficiencias en la acción estatal”, in *Historia Social*, 2001, n. 40, p. 49. Mais amplamente, do mesmo autor, cfr. *Mater dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*. Madrid: Taurus, 2001.

³⁸ Sobre a origem da festa de 14 de Julho e sobre sua instalação como rito de soberania nacional, entre o modelo da grande República (os Estados Unidos) e as heranças da religião civil revolucionária, na correlação entre práticas festivas comunitárias e “política da festa” promovida pela III República, cfr. IHL, O. - *La fête républicaine*. Paris: Gallimard, 1996.

³⁹ A propósito do caso espanhol, ver SUÁREZ CORTINA, M. - *Libertad de prensa, elites republicane y periodismo*. In *Idem - El gorro frigio, op cit.*, pp. 61-90.

da Europa meridional, precisando enfrentar o invasivo modelo educativo católico, reuniram um forte espírito laico e anticlerical⁴⁰ intrínseco aos projetos de religião civil originados no despontar da democracia radical, muitas vezes graças à ajuda decisiva do movimento maçônico na promoção de campanhas destinadas a influenciar a opinião pública⁴¹.

Numerosos foram os lugares e as linguagens (monumentais, artístico-literárias, simbólicas, rituais, etc.) através dos quais se manifestou a circulação das idéias democráticas. Se compararmos essas idéias com o processo de politização do espaço público, pode ser oportuno nos interrogarmos sobre como foram representadas e de que modo, condensando seus significados no plano social e cultural, assim como seu aparato retórico-linguístico e simbólico-ritual produziu um envolvimento emotivo de massa, gerando identidade e transformando as mentalidades coletivas, ou seja, uma forma peculiar de “populismo” radical. Neste sentido, pontos de partida para pesquisa resultam do trabalho de Maurice Agulhon⁴², do qual é necessário aproveitar as preciosas idéias de natureza comparativa, que no mais das vezes ficaram sem sequência. Substancialmente, seria oportuno fazer da politização de tendência radical (e republicana) uma privilegiada chave de leitura do processo de “invenção” da Democracia, pelo menos desde 1848 em diante, através de uma comparação com a persistente hegemonia de antigos substratos ideológicos; a magnificência e a linguagem das Igrejas; a arte monumental pública; os direcionamentos do mundo intelectual; as tendências culturais das *élites* burguesas liberal-democráticas. Com respeito ao caráter ideológico e geralmente fictício de símbolos, imagens e ritos que, segundo Eric Hobsbawm, as classes dirigentes nacionais haviam acionado na tentativa de legitimar as instituições com um consenso de massa⁴³, os estudos de Agulhon

⁴⁰ Para a França, basta rever o estudo de LALOUETTE, J. - *La République anticléricale XIX^e-XX^e siècles*. Paris: Seuil, 2002. Para a Itália ver VERUCCI, G. - *L'Italia laica prima e dopo l'unità (1848-1876)*. Roma-Bari: Laterza, 1996; Para a Espanha: “El anticlericalismo”, CRUZ, R. (ed.) - *Ayer*, 1997, n. 27; PARRA LÓPEZ, E. La; SUÁREZ CORTINA, M. (eds.) - *El anticlericalismo español*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1998.

⁴¹ Para o caso italiano, cfr. CONTI, F. - *Storia della massoneria italiana. Dal Risorgimento al fascismo*. Bolonha: il Mulino, 2003.

⁴² Cfr. em particular AGULHON, M. - *Politique, images, symboles dans la France post-révolutionnaire*. In *Idem - Histoire vagabonde*, t. I: *Ethnologie et politique dans la France contemporaine*. Paris: Flammarion, 1987. Ver também as atas de um recente Congresso, na Casa de Velásquez, sobre o tema *Política y sociabilidad. En torno a Maurice Agulhon* (Madrid, 5-6 Fevereiro 2001).

⁴³ Cfr. HOBBSAWMN, E. J. - *Tradizioni e genesi dell'identità di massa in Europa 1870-1914*. In *L'invenzione della tradizione*. (eds.) HOBBSAWMN, ; T. Ranger, Turim, Einaudi, 1987, pp. 253-295.

destacaram a “materialidade” do imaginário republicano, além de sua função ideológica, na legitimação política e histórico-cultural da República: um percurso de pesquisa a ser aprofundado no plano comparativo.

Os movimentos democráticos da Europa meridional foram, por isso, aproximados por um forte espírito laico e anticlerical, ainda que identificado com um plano nacional de compreensível peculiaridade. Em primeiro lugar, ligados à presença ou não de uma forma de governo republicana. Com o novo século, quando a alternativa institucional conseguiu se transformar em força nacional de governo, o projeto cultural-democrático republicano assumiu um valor ideológico preciso. Basta pensar na versão de uma pedagogia nacional laica, com base no modelo oferecido pela III República francesa⁴⁴, inicialmente por parte dos republicanos portugueses⁴⁵. Estes perseguiram um projeto cultural de secularização da vida pública definido⁴⁶, segundo a ideia de uma “República laica” que inevitavelmente entrou em choque com a tradição católica, radicada sobretudo nas áreas rurais da parte centro-setentrional do País. Não devemos esquecer o fato de que foi muitas vezes no plano territorial e regional, com a ação dos municípios e das instituições locais, que a política de laicização da sociedade pode se realizar antes ainda do que no horizonte nacional⁴⁷. A intensidade e a amplitude da mobilização social e cultural, com linguagens e uma retórica acessível a muitas classes populares, deram vida a formas particulares de populismo⁴⁸, quando não de religiões políticas⁴⁹ iniciais, que tendiam a se tornar religiões civis nacionais com a conquista das instituições⁵⁰.

⁴⁴ Ver *Les lieux de mémoire*, sous la direction de P. Nora - I. *La République*. Paris: Gallimard, 1984. Ver também IHL, O. - *La fête républicaine*. Paris: Gallimard, 1996.

⁴⁵ Cfr. CATROGA, F. - *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal 1865-1911*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1988 e PINTASSILGO, J. - *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas escolas primárias da I República Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1998.

⁴⁶ CARVALHO, David Luna De - “*Republicanesimo e Repubblica laica in Portogallo (1891-1914)*”. In *Repubbliche e repubblicanesimo. L'Europa meridionale*, op. cit., pp. 35-60.

⁴⁷ Para uma comparação sobre a queda, em plano local, da política de laicização promovida na França pelas instituições da III República, na esteira dos estudos de Mona Ozouf, cfr. CHANET, J-F. - *L'Ecole républicain et les petites patries*. Paris: Aubier, 1996.

⁴⁸ Para a Espanha — um estudo exemplar também para outras realidades nacionais — cfr. JUNCO, A. - *El Emperador del Paralelo. Lerroux y la demagogia populista*. Madri: Alianza, 1990.

⁴⁹ Para um estudo exemplar, também fora da Itália, cfr. PIVATO, S. - *Il nome e la storia. Onomastica e religione politica nell'Italia contemporanea*. Bolonha: Il Mulino, 1999.

⁵⁰ Sobre o compartilhamento de certos símbolos e rituais — comumente de derivação francesa — por parte dos movimentos republicanos e democráticos nos diversos países, os estudos já oferecem

Os desafios do republicanismo nos dois pós-guerra

52

Com a crise do liberalismo “clássico” e o surgimento da sociedade de massa, já nas últimas décadas do final do século XIX, a democracia radical europeia foi envolvida nas transformações provocadas pela nova concepção política, compreendida não só como gestão do poder, mas também como afirmação de projetos ideológicos e culturais⁵¹ contrapostos, tão fortemente radicais a ponto de justificar o uso sistemático da violência.

Na primeira metade do século XX, uma “versão” do modelo republicano apareceu na Europa do sul e se estendeu primeiramente a Portugal e depois, mesmo com contradições intrínsecas e permanentes, chegou à Grécia. No primeiro caso, a República foi proclamada em 1910⁵², com uma história que, com a crise de legitimidade das instituições democráticas surgidas no pós-guerra, chegaria a uma Ditadura militar, configurando o *Estado Novo* de António Salazar⁵³; uma forma de governo formalmente sempre republicana, mas através de uma legitimação plebiscitária e uma organização burocrático-corporativa que desgastaria as efetivas raízes democráticas das instituições. Na Grécia, ao contrário, enquanto

premissas para reflexões comparativas. Para a Itália, cfr. SPADOLINI, G. - *L'Italia repubblicana*. Roma: New Compton, 1988. Para um ponto de observação inicial, ver RIDOLFI MILÃO, M.; MONDADORI, Bruno (orgs.) - *Almanacco della Repubblica. Storia d'Italia attraverso le tradizioni, le istituzioni e le simbologie repubblicane*. 2003. A propósito da Espanha, cfr. ROBLES EGEE, A. “Republicanism and horizon europeo”. In TOWSON, N. (ed.) - *El republicanismo en España (1830-1977)*. Madrid: Alianza Universidad, 1994, pp. 292-312. Para o caso português e as influências do republicanismo, cfr. CATROGA, F. - “Ritualizações da história”. In CATROGA, F.; TORRALBA, L. R.; MENDES, J. M. A. - *História da história de Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996; sobre um aspecto significativo do rito político, cfr. GOMES, R. Costa - “Il balcone. Riflessi su un luogo di potere nella storia portoghese”. In BERTELLI, S. (org.) - *Il teatro del potere. Scenari e rappresentazioni del politico fra Otto e Novecento*. Roma: Carocci, 2000, pp. 49-69.

⁵¹ Cfr. *Les familles politiques en Europe occidentale au XX siècle*. Roma: Ecole Française de Rome, 2000; faltam, porém, intervenções sobre a família política do radicalismo democrático e republicano.

⁵² Sobre o processo de transição da Monarquia à República, ver em particular CATROGA, F. - *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

⁵³ Sobre o arco de tempo que compreende tanto o advento quanto a crise da República, entre os possíveis estudos, cfr. PEREIRA, M. Halpern - *Das revoluções liberais ao estado novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. Para um quadro sobre a crise do sistema político republicano, que limitava o direito de voto e também as formas de participação, voltado para eleições de natureza plebiscitária, cfr. PINTO, A. Costa - “Portugal en el siglo XX: una introducción”. In *Idem* (org.) - *Portugal contemporâneo*. Madrid: Ediciones Sequitur, 2000, pp. 5-19; sobre este assunto, ver LOFF, Manuel - “El proceso electoral salazarista (1926-1974) no contexto de 150 anos de sufrágio elitista em Portugal”. In FONSERET, Roque Moreno (ed.) - *Plebiscitos y elecciones en las dictaduras del sur de Europa (siglo XX)*. Alcoy: Editorial Marfil, 2003, pp. 175-203.

no decorrer do século XIX o filo-helenismo havia alimentado uma corrente de amizade política, seja na França⁵⁴, seja na Itália⁵⁵, quando ainda estava se desenvolvendo o processo de formação da identidade nacional⁵⁶, na crise política do primeiro pós-guerra a República tornou-se Monarquia (entre 1924 e 1935), se bem que em uma condição de particular e insuperável fragilidade⁵⁷.

Sob muitos aspectos, a história do republicanismo nos países da Europa meridional estaria profundamente influenciada pelos acontecimentos anteriores à II República e, portanto, da guerra civil na Espanha, com a derrota das instituições democráticas e o forçado exílio dos muitos atores da forma de governo republicana. É uma história sempre rica de novos percursos de pesquisa no que diz respeito à história da Espanha⁵⁸, considerando que a relação entre tradição e herança da cultura republicana na memória cultural⁵⁹, no entanto, é uma história muito menos conhecida pelas influências que a derrota da Democracia republicana espanhola teve em outros lugares, através de formas de sociabilidade política e cultural amadurecidas como voluntário das brigadas antifascistas internacionais e nas fileiras da emigração política que, além das fronteiras nacionais, puseram em circulação idéias, imagens e representações republicanas (principalmente pelos exilados espanhóis, na Europa e nas Américas⁶⁰).

⁵⁴ Sobre o plano cultural e literário, cfr. BASCH, S. - *Le mirage grec. La Grèce moderne devant l'opinion française 1846-1946*. Paris: Aubier, 1995.

⁵⁵ Sobre o filo-helenismo como “amizade política” ítalo-francesa cfr. PÉCOUT, G. - “Un amitié politique méditerranéenne: le philhellénisme italien et français au XIX siècle”. In *La democrazia radicale, op. cit.*, pp. 81-106.

⁵⁶ Cfr. CARABOTT, P. (org.) - *Greek Society in the Making 1863-1913. Realities, Symbols and Visions*. Ashgate: Varium, 1997.

⁵⁷ Ver pelo menos MAVROGORDATOS, G. - *Stillborn Republic. Social Coalitions and Party Strategies in Greece, 1922-1936*. Berkeley: University of California Press, 1983. Para um quadro mais articulado, cfr. CLOGG, R. - *A Short History of Modern Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

⁵⁸ Os estudos seriam numerosos. Neste caso, pela abordagem metodológica direcionada a conjugar a história com os estudos sociológicos e políticos, ver “Política en la Segunda Republica”, JULIÁ, S. (ed.) - dossiê de Ayer, n. 20, 1995. Para uma comparação entre Espanha e França, cfr. REIG, R. - “Las alternativas republicanas en el período de entreguerras”. In PIQUERAS, J. A.; CHUST, M. (eds.) - *Republicanos y repúblicas en España*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 1996, pp. 231-267.

⁵⁹ Sobre a fragilidade dos símbolos republicanos nos anos 1930, cfr. RADCLIFF, P. - “La representación de la nación. El conflicto en torno a la identidad nacional y las prácticas simbólicas en la segunda República”. In CRUZ, R.; PÉREZ LEDESMA, M. (eds.) - *Cultura y movilización, op. cit.*, pp. 305-325 e também, sobre a tentativa de criar uma cultura cívica republicana na primeira metade dos anos 1930, BOYD, Carolyn P. - *Historia patria. Política, historia e identidad nacional en España: 1875-1975*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 2000 (Princeton 1997), pp. 175-205.

⁶⁰ Ver “Los exilios en la España contemporánea”, LEMUS, Encarnación (ed.) - dossiê de Ayer, 47, 2002.

Na Itália, por exemplo, desde os anos 1920, a ascensão ao poder do fascismo havia comportado o caminho do exílio para numerosos expoentes democrático-republicanos⁶¹. Foi então que, diante dos oportunismos e da clandestinidade institucional da Casa Sabóia, na crise do Estado, expoentes da mais jovem geração de democratas liberais — como Ugo La Malfa⁶², futuro líder republicano — usaram o convencimento político e o impulso moral para propor como necessária uma mudança da forma de governo. Mantendo uma identidade própria no exílio entre as duas guerras mundiais, em um contínuo confronto entre tradição e ideias inovadoras⁶³, os republicanos teriam uma ajuda crescente de forças políticas para sustentar a República para a nova Itália. Já tendo ocorrido em grande número à Espanha em 1936, depois do desmoronamento da França, muitos republicanos encontraram refúgio na Suíça e depois nos Estados Unidos, onde os exilados (entre eles Carlo Sforza e Gaetano Salvemini) criaram a *Mazzini Society*. Com o nascimento, em 1942, do Partido de Ação (de inspiração mazziniana e resurgimental), democratas e republicanos de várias proveniências se viram juntos, dando uma significativa contribuição à Resistência na Itália⁶⁴. Graças à presença do Pd'A [Partito d'Azione] e das formações partidárias de justiça e liberdade — lideradas por Ferruccio Parri⁶⁵ — iniciou-se a construção de um mito popular da Resistência democrática, elevado a fundamento moral e político da República e de sua legitimidade. Pd'A e Pri [Partito Repubblicano Italiano] foram a expressão da tradição democrática, republicana e acionista, na transição pós-fascista e na escolha — entre República e Monarquia — para a qual os italianos foram chamados no *referendum* institucional de 2 de Junho de 1946.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1946, enquanto ainda perdurariam por mais 30 anos os regimes autoritários que na Espanha e em Portugal haviam se afirmado pelo sacrifício da Democracia republicana⁶⁶, consultas populares

⁶¹ Cfr. SIGNORI, E.; TESORO, M. - *Il verde e il rosso. Ferdinando Schiavetti e gli antifascisti nell'esilio fra repubblicanesimo e socialismo*, com um *Testimonianza* de A. Garosci, Firenze, Le Monnier, 1987.

⁶² Cfr. COOK, P. J. - *Ugo La Malfa*. Bologna: il Mulino, 1998.

⁶³ Cfr. FEDELE, S. - *I repubblicani in esilio nella lotta contro il fascismo (1926-1940)*. Florença: Le Monnier, 1989.

⁶⁴ Cfr. DE LUNA G. - *Storia del Partito d'Azione 1942-1947*. Roma: Editori Riuniti, 1997.

⁶⁵ Cfr. REMAGGI, L. Polese - *La nazione perduta. Ferruccio Parri nel Novecento italiano*. Bolonha: Il Mulino, 2004.

⁶⁶ Para um quadro histórico comparado, cfr. SAPELLI, G. - *L'Europa del sud dopo il 1945. Tra-*

sancionaram a configuração de diversas formas de governo: a IV República na França; a Monarquia na Grécia, depois de um dramático plebiscito institucional que abriu o caminho para a guerra civil⁶⁷; a República na Itália, baseada num referendo institucional e de eleições que implantaram uma Assembléia Constituinte⁶⁸, criada com a tarefa de elaborar a Constituição, que entrou em vigor dois anos depois.

Quanto das tradições republicanas era ainda vital na Europa meridional do segundo pós-guerra, naqueles países que tiveram que fazer uma complexa, e frequentemente contraditória transição de um regime autoritário para a democracia? O primeiro caso foi o da Itália e só quase 30 anos depois de Portugal, para não falar da Grécia; nem sempre, como sabemos, com o retorno ou o renascimento de uma forma de governo republicana⁶⁹. Substancialmente, até que ponto as tradições republicanas foram reinvestidas na legitimação das instituições e na construção da cidadania republicana?

No entanto, no segundo pós-guerra, com relação aos anos 1920 e 1930, o horizonte da representação dos sentimentos patrióticos e das identidades nacionais foi diferente. Era necessário assegurar uma continuidade para a imagem da história nacional, mas também reconstruir um sistema compartilhado de valores. O caso italiano pode, então, oferecer sugestivos e estimulantes percursos de pesquisa. Devido às persistentes suspeitas com relação à decadência dos símbolos e rituais em termos totalitários conduzidos pelo fascismo, as classes dirigentes da República foram geralmente mornas, se não frias, frente às formas de patriotismo republicano que pudessem recordar a retórica e as manifestações de regime. Com esta finalidade, candidataram-se ainda com maior empenho os

dizione e modernità in Portogallo, Spagna, Italia, Grecia e Turchia. Soveria Monelli: Rubbettino editore, 1996 (London-New York, Longman, 1995).

⁶⁷ Cfr. IATRIDIS, J. (ed.) - *Greece in the 1940s. A nation in crisis*. Hannover and London: 1981. Acrescente-se VACCARINO, G. - *La Grecia tra Resistenza e guerra civile (1940-1949)*. Milão: Franco Angeli, 1988. A Monarquia havia sido restaurada em 1936. Depois do plebiscito de 1946, ela permaneceria viva até 1974, quando, tendo caído o regime militar que subira ao poder em 1967, um plebiscito sancionou a instauração da República.

⁶⁸ Cfr. SALVATI, M. (org.) - *La fondazione della Repubblica. Modelli e immaginario repubblicani in Emilia e Romagna negli anni della Costituente*. Milano: Franco Angeli, 1999.

⁶⁹ Sobre “retorno” do republicanismo à Espanha da Monarquia democrática, depois de um período de esquecimento nos primeiros anos da transição pós-franquista, ver DUARTE, A. - *Il repubblicanesimo recobrado. La reattivación del discurso republicano en la España de hoy* (“Memoria e Ricerca”, em curso de editoração).

atores — partidos, líderes políticos, intelectuais⁷⁰ — da religião civil e das cidadanias republicanas⁷¹. Tendo sido legitimada pela vontade popular pelo referendo institucional, a República, através de seus seguidores e admiradores, apontou como base do próprio mito de fundação, tanto Giuseppe Mazzini⁷² quanto o reavivado “Ressurgimento democrático”⁷³. No cenário político, porém, ficou somente o pequeno Partido republicano para tentar infundir as idéias mazzinianas na vida civil, desenvolvendo prioritariamente uma tarefa educativa e reivindicando a necessidade de instituições ao serviço dos cidadãos⁷⁴.

Tanto no curso da campanha eleitoral que antecedeu ao referendo institucional de 2 de Junho de 1946⁷⁵ quanto na determinação do novo dispositivo simbólico-ritual que a República adotaria, ficou claro quão frágil e elitista era o substrato histórico-político das novas instituições. Basta pensar nos temas que minariam a legitimidade política de uma efetiva religião civil republicana; o papel marginal — apesar do pronto resgate dos símbolos e rituais de origem oitocentista — ao qual foi obrigada a tradição mazziniana no processo de legitimação da República; a falta de elaboração por parte dos principais partidos (tanto a Democracia Cristã quanto as formações de esquerda) de uma *cultura republicana* dotada de instrumentos comuns de símbolos distintivos; a influência da Igreja e do mundo católico ao condicionar a presença de uma religião civil autônoma das liturgias religiosas; o desempenho das classes dirigentes voltado para a construção de uma imagem “forte” da República (como a alegoria feminina de *Marianne* na França) que não se confundisse com a da Itália (como no

⁷⁰ Neste sentido, cfr. a exemplar correspondência entre Ernesto Rossi e Gaetano Salvemini: *Dall'esilio alla Repubblica 1944-1957*, a cura di M. Franzinelli, Turim, Bollati Boringhieri, 2004.

⁷¹ Sobre influências dos dois grandes partidos – Democrazia Cristiana e Partito Comunista Italiano — ao evidenciar as características genéticas da República italiana, cfr. VENTRONE, A. - *La cittadinanza repubblicana. Forma-partito e identità nazionale alle origini della democrazia italiana (1943-1948)*. Bolonha: il Mulino, 1996. Nesta direção, ver também: “Fare l'italiano repubblicano”. In *Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche*, 8 (2001).

⁷² Cfr. RIDOLFI, M. - “Mazzini”. In *I luoghi della memoria. Personaggi e date dell'Italia unita, a cura di M. Isnenghi*. Roma-Bari: Laterza, 1997, pp. 3-23. A propósito da conservação do corpo, ver LUZZATTO, S. - *La mummia della Repubblica. Storia di Mazzini imbalsamato 1872-1946*. Milão: Rizzoli, 2001.

⁷³ Cfr. BAIONI, M. - “Miti di fondazione. Il Risorgimento democratico e la Repubblica”. In *Almanacco della Repubblica, op. cit.*, pp. 185-196.

⁷⁴ Cfr. SPINELLI, A. - *I repubblicani nel secondo dopoguerra (1943-1953)*. Ravenna: Longo, 1998.

⁷⁵ Cfr. RIDOLFI, M.; TRANFAGLIA, N. - *1946: La nascita della Repubblica*. Roma-Bari: Laterza, 1996.

caso exemplar do símbolo republicano escolhido para a cédula do referendo institucional), mas que representasse melhor a idéia da nação democrática.

No segundo pós-guerra, da Itália pós-fascista ao Portugal retornando a uma efetiva Democracia republicana, a correlação entre história nacional, “amor de pátria” e cidadania republicana era complexa. Faz-se necessário interrogar sobre os motivos pelos quais o “patriotismo constitucional” original não correspondeu a um efetivo *patriotismo republicano*⁷⁶, capaz de ratificar a Nação democrática. Um terreno de pesquisa que uma história comparada dos países da Europa meridional poderia contribuir para o cultivo de novas perguntas e outros tantos inovadores percursos de investigação.

⁷⁶ Cfr. RIDOLFI, M. - *Le feste nazionali*. Bolonha: il Mulino, 2003.